REVISTA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

http://revistas.fw.uri.br/index.php/rbdta ISSN 2527-0613

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIAS DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS À LUZ DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO POSTO ADMINISTRATIVO DE MAHEL, DISTRITO DE MAGUDE, MOÇAMBIQUE

Survival strategies of rural families in the light of climate change in the administrative post of Mahel, Magude District, Mozambique

Lúcio Paulo Ismael Muchanga[1], Paulo Dabdab Waquil[2]

[1] Mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande de Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, email: luciomuchanga@yahoo.com.br;
[2] Professor da UFRGS, Porto Alegre, RS.

Resumo: O artigo resulta de uma pesquisa qualitativa realizada em onze famílias camponesas do posto administrativo de Mahel, distrito de Magude. A pesquisa teve objetivo de mostrar quais eram as estratégias de sobrevivências que as famílias adotavam para enfrentarem o impacto das mudanças climáticas. A pesquisa detectou que as famílias camponesas do posto administrativo de Mahel elaboravam estratégias de sobrevivências com maior enfoque no ativo humano (saber fazer). Essa estratégia estava assente no saber fazer, isto é, as famílias produziam culturas tolerantes à seca, especificamente a mandioca, o amendoim, o milho, a melancia; para além de que reduziam e intensificavam a área de produção, concentrando o esforço numa área média de 2 hectares, adotando o sistema de produção policultura-pecuária; diversificavam a produção, focalizando nas culturas de subsistências e de alternatividade; diversificavam as atividades, procurando conciliar atividade agrícola e atividades não agrícolas, com destaque para atividade de corte e processamento da lenha, pecuária extensiva do gado bovino e prestação de serviços administrativos, sendo que baseavam no fator idade. Nesse aspecto, vale mencionar que os chefes dos agregados mais jovens eram os que tinham diversificado a agricultura e outras atividades de produção e geração de renda. Assim, afirma-se que as estratégias adotadas no posto administrativo de Mahel estiveram associadas à idade e ao número de agregados por unidade familiar, pois, os agregados que na sua maioria eram constituídos por três membros, com predominância de agregados chefiados por indivíduos com idade acima de 65 anos de idade.

Palavras-chave: Modo de vida camponesa. Vulnerabilidade. Estratégia de sobrevivência.

Abstract: The article is the result of qualitative research carried out in eleven peasant families in the administrative post of Mahel Magude district. The study was intended to show what were the survivals of strategies that families had adopted to address the impacts of climate change. The survey found that the peasant families of the administrative post of Mahel elaborated survival strategies with greater focus on human assets (know-how). This strategy was seated on the know-how, that is, production of drought tolerant crops, especially cassava, peanuts, corn, watermelon; reduction and intensification of production area, focusing the effort on an average area of 2 hectares with mixed farming - livestock; diversification of production, focusing on cultures and livelihoods alternativity; diversity of activities, seeking to reconcile agriculture and non-agricultural activities, especially cutting activity and processing of wood, extensive livestock livestock cattle and provision of administrative services, and based on age. In this respect, it is worth mentioning that the heads of younger households were those that had diversified their farming activities. Thus, it is stated that the strategies adopted in Mahel administrative post were associated with age and the number of households per family unit, for aggregate mostly consisted of three members, especially leaders aged over 65 of age.

Keyword: Peasant way of life. Vulnerability. Survival strategy

Recebido em: 01-06-2016
Aceito em: 04-11-2016

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo surge no âmbito da pesquisa de dissertação, tendo enfoque nas estratégias de enfrentamento do impacto das mudanças climáticas. A opção pela estratégia de sobrevivência foi devido ao impacto que as mudanças climáticas causam nas famílias mais pobres, com destaques para regiões pobres dos continentes africano, asiático e latino-americano. Atualmente as mudanças climáticas se caracterizam por alterações nos padrões de precipitação, aumento do nível médio da temperatura e na intensificação dos eventos extremos como: abalos sísmicos, secas, enchentes e queimadas. A consequência que se assiste é a diminuição na produção de alimentos, perda da biodiversidade, a alteração da morbilidade e na mortalidade, principalmente em países em desenvolvimento.

Em Moçambique, a população começa sentir o impacto das mudanças climáticas, principalmente as da zona rural. Mencionar que a população moçambicana tem dupla vulnerabilidade, uma de ordem natural que está ligada à sua localização geográfica. Essa situação deve ao fato de Moçambique estar localizado na parte sul e oriental do continente africano, ficando exposto à seca, enchente, abalo sísmico, pois, no território moçambicano deságua cerca de nove bacias hidrográficas internacionais, sendo que também é banhado por uma extensa linha de costa de 2700km ao longo do oceano Índico, local onde ocorre maior parte dos ciclones do Índico, o que faz com que a região seja suscetível aos ciclones e chuvas torrenciais.

Em relação à fragilidade histórica, ela resulta de fatores conjunturas como 26 anos de conflitos armados: guerra da descolonização (1964-1974) e guerra civil (1974-1992). Para além dos conflitos armados, Moçambique sofreu os impactos da colonização portuguesa que duraram cerca de 500 anos, uma colonização caracterizada por pouco investimento em setores produtivos moçambicanos. Essa situação fragilizou por total a economia rural, ficando o país refém das condições edafoclimáticas para geração de meio de sobrevivência, pois cerca de 70% da população moçambicana vive no espaço rural, tendo na agricultura de sequeiro a sua principal fonte de obtenção de alimentos e da renda. (MOÇAMBIQUE MINISTÉRIO DE AGRICULTURA - MINAG, 2008).

A importância deste artigo surge pelo fato das mudanças climáticas se fazer sentir mais na camada populacional que se dedica à agricultura de sequeiro[1]. A população camponesa moçambicana tem na agricultura de sequeiro a sua principal atividade de rendimento e de produção de alimento. É de salientar que geralmente nos espaços rurais aonde se concentram populações com menor capacidade de resposta positivamente às mudanças climáticas, o que torna relevante o presente artigo.

Nesse caso, é preciso perceber como os camponeses enfrentam as mudanças climáticas observando que eles têm o princípio econômico de satisfazer em primeiro lugar a demanda interna com menor penosidade.

Para responder a essa situação buscou-se a teoria de Franks Ellis, segundo ela, os indivíduos acionam os seus ativos para elaborar estratégia de sobrevivência que passa por combinar e transformar os seus ativos.

A hipótese desta pesquisa foi estabelecida tendo em conta o princípio econômico do camponês, segundo o qual, os camponeses adotam um conjunto de portfólio para enfrentarem qualquer adversidade. Essa hipótese foi secundada pelo pressuposto de que a estratégia de sobrevivência deriva dos fatores sociodemográficos.

Para dar cobro a essa situação, estruturou-se o artigo em quatro seções: a primeira seção ocupou-se da parte introdutora; a segunda seção centralizou-se no debate teórico; a terceira descreveu-se a metodologia usada; e a última seção abordou os resultados, as discussões e as conclusões relevantes para o presente artigo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para sustentar este artigo teve-se que encontrar um conjunto de aporte teórico que abordasse estratégia de sobrevivência, ligando a um modo específico de viver, nesse caso camponês. E por sua vez, por se tratar de mudanças climáticas que está ligada aos riscos, se escolheu alguns teóricos que tratam do risco na perspectiva de percepção, pois a grande questão era saber se os camponeses percebem as mudanças climáticas e a partir daí qual era a estratégia adotada. Para responder essa inquietação sustentou-se em Ellis a partir do pressuposto que os indivíduos elaboram estratégia de sobrevivência tendo em conta os ativos disponíveis na unidade produtiva familiar. Assim, costurou-se o artigo através desses três elementos como se pode observar na figura 1.

[1] "Agricultura de sequeiro é a cultura sem irrigação em regiões em que a precipitação anual é inferior 500 mm" (QUARANTA, s.d., p.1). A agricultura de sequeiro exige técnica específica de cultivo, assente no uso eficiente para contrapor a limitante umidade do solo.

Figura 1 - Elementos constituintes do aporte analítico da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

2.1 Camponeses e as estratégias de sobrevivências: como o modo de vida camponesa influencia na sua estratégia de sobrevivência?

O aporte teórico utilizado baseou se no sistema econômico capitalista de trabalho assalariado, segundo o qual, os indivíduos buscam maximizar o lucro através da renda da terra; capital disponível no ceio dos membros da unidade produtiva e capital disponibilizados por terceiros; por fim o preço do produto no mercado. Todas as demais categorias são consideradas insignificantes e fadadas ao "esquecimento".

Porém é de referir que existe uma categoria que busca maximizar o lucro diferente do capitalista, baseado no princípio de trabalho familiar não assalariado. Esse sistema econômico baseia em empregabilidade familiar, com seus meios de produção. O seu lucro se baseia em satisfação das necessidades familiares. (CHAYANOV, 1966, p.134). A pergunta que se segue, como esta categoria continua a sobreviver, principalmente se observar que há alterações climáticas e a sua principal fonte de rendimento é agricultura de sequeiro?

Para dar resposta a essa inquietação buscou-se em alguns teóricos que vêem no camponês como à categoria com princípios que lhe permite contrapor as adversidades. Wolf (1976) observava o camponês como um agente produtor de um mínimo vital e um mínimo social. Nesse caso, Wolf observou o camponês como um agente que antes de mais elabora estratégia para manter um mínimo vital. Para Tepicht (apud ABRAMOVAY 1998, p. 73), as famílias camponesas cumpriam a função de provedoras de alimentos baratos, tanto no regime capitalista bem como no regime socialista, porque tinha produção por alternatividade. Assim, como Wolf, Tepicht vinham na figura do camponês um agente que procurava satisfazer em primeiro lugar as necessidades familiares.

Ellis (1998) assemelha-se ao Tepicht ao considerar que o camponês está parcialmente integrado aos mercados. A integração é parcial, porque o camponês autoexplora e produz por alternatividade, situação também defendida por Tepicht.

Desse modo, pode constatar que tanto Wolf (1976), Tepicht, bem como Ellis (1998) viam o camponês como um agente imune as fatores externos da unidade produtiva, conduzido pelos fatores internos da unidade produtiva, isto é, a sua sobrevivência depende inteiramente dos ativos disponíveis na unidade produtiva.

Já Scott (1976), confirma esse pressuposto ao considerar o camponês como um indivíduo que se caracteriza por apresentar um modo de produzir e de viver específico, caracterizado por autoempregar, gerando renda para si.

Por ter um modo específico de viver e produzir, o camponês estabelece relações de reciprocidades[2] que é uma forma de responder as

[2] Sabourin (2006) define a reciprocidade de maneira simples: quando alguém recebe algo na forma de uma dádiva, ele tem tendência a dar por sua vez. A gente não pensa primeiro "ah que bom negócio!"como manda o interesse pelo lucro. Para Polanyi (1976) "a unidade e a estabilidade das sociedades primitivas eram a reciprocidade e a redistribuição, enquanto nas sociedades capitalistas a unidade e a estabilidade caracterizam pelo intercâmbio. A reciprocidade ocorre nos grupos que

suas adversidades. Na sociedade camponesa há uma ação coletiva, que procura atingir objetivos comuns por via de capital social[3]. Exemplo, a escassez dos ativos físicos e financeiros é contornada pela reciprocidade e a ética subsistência defendida por Scott (1976) aonde os grandes produtores vão auxiliando os pequenos produtores.

Esses aportes teóricos podem ser sistematizados em Chayanov (1966) que considerava o camponês como um "autoexplorador". Ele defendeu a questão do princípio econômico de camponês referente à satisfação da demanda interna da unidade produtiva familiar, sustentado nos princípios de maximização dos lucros[4], minimização do risco[5] e penosidade[6].

2.2 Percepção ambiental e estratégias de sobrevivência: a vulnerabilidade e o risco podem ser fatores para a elaboração de estratégias de sobrevivência?

Nas últimas décadas, a discussão teórica em torno do risco e da vulnerabilidade avançou muito, tendo surgido vários trabalhos, principalmente relacionados à exposição ao risco em função das mudanças climáticas.

Beck (2011) pode se considerar como um dos agentes de créditos firmados na temática de risco na vertente social, porque para ele os riscos atingiam a todas as classes sociais. Contudo, há um fato interessante nesta frase, a percepção do risco, pois, os riscos e a sua percepção dependem de muitos fatores, por isso, alguns riscos passam despercebidos em determinadas sociedade. (DOUGLAS & WILDAVSKY, 2012). Mencionar que os riscos podem subjetivamente existir, mas objetivamente se tornam reais quando são assumidos, o que significa se tornam riscos quando se percebe.

Em relação à percepção ambiental, o comportamento do sujeito é condicionado pelo espaço onde está inserido, dependendo assim das variáveis: sexo, idade, etnia, nível socioeconômico e cultural, etc. Para além desses fatores, existem os internos como: fome, sono, cansaço, doença, mal-estar, etc., que levam o indivíduo a perceber a sua situação. Vale ainda dizer que a percepção das mudanças climáticas é situacional e contextual, pois envolve a percepção que está diretamente relacionada com a desigualdade na disponibilidade de ativos por unidade familiar.

Ellis une Douglas & Wildavsky (2012) e Beck (2011) ao considerar que vulnerabilidade deve ser analisada a partir da existência ou não de ativos na unidade produtiva familiar, visto que a vulnerabilidade seria o desajuste entre a disponibilidade ou não dos ativos. Nesse sentido, Ellis consegue unir a percepção ambiental como uma situação de adversidade através dos impactos inerentes a situação de vulnerabilidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo utilizou-se abordagem qualitativa centralizada no estudo de caso. A escolha do estudo de caso deve pelo fato desta abordagem permitir uma pesquisa aprofundada e exaustiva do objeto. (GIL; 2002 p.54). Para tal, foram utilizadas as entrevistas semi-estruturadas baseadas de um roteiro simples que permitiu ao pesquisador ter interações com os pesquisados.

O público alvo foram os camponeses do posto administrativo de Mahel que vivem em pequenos aglomerados dispersos, desenvolvendo a prática da agricultura de sequeiro. Por isso, atingiu-se uma amostra de onze famílias camponesas em razão de viverem em pequenos aglomerados. O fato da pesquisa ter incidido num baixo número de amostra, julga se que não perdeu a sua essência, pois, a pesquisa baseava no método fenomenológico. O método fenomenológico pretende perceber o que existe no espaço e no presente momento (GIL, 2008, p. 14).

---

compartilham similaridades. A redistribuição parte de um ponto para outros pontos, enquanto o intercâmbio (mercado) os pontos são heterogêneos ligados por interesses comuns.

[3] "o capital social corresponde às características das organizações sociais como as redes, as normas e a confiança, que facilitem a cooperação para um beneficio mútuo ou que permitem aos participantes de uma ação coletiva ser juntos, mais eficientes para atingir objetivos comuns ou compartilhados". (SABOURIN, 2006).

[4] Baseia se no pressuposto que o camponês tem a eficiência econômica, visto que usa a sua capacidade de maximizar os fatores de produção de modo obter máximo possível de rendimento. Esse princípio foi sustentado pelo professor Schultz em 1964, na sua obra "transformação da agricultura tradicional". O camponês à luz das adversidades maximiza os fatores de produção, nesse caso, adotam estratégias de enfrentamento.

[5] Pressupõe que o camponês evita os riscos que possam afetar a unidade produtiva familiar. Essa visão foi difundida por Lipton (1698) que dedicou o seu trabalho à análise da agricultura tradicional e nos fatores de riscos. Para esse item, o camponês adota estratégias dentro dos ativos disponíveis na unidade produtiva que podem estar entre os cincos ativos descritos por Ellis (financeiro, social, físico, natural e humano), com isso minimiza os riscos.

[6] Nesse aspecto, observa o camponês como um indivíduo que produz com menor esforço, porque a sua missão está em satisfazer as necessidades da unidade produtiva familiar, procurando garantir o mínimo calórico da unidade produtiva familiar (CHAYANOV, 1966).

Como este artigo pretendiam perceber quais estratégias de sobrevivências as famílias camponesas do posto administrativo de Mahel elaboravam partir de um conjunto de portfólio de atividade. Sendo assim, aumentar o número da população amostral na base de expansão geográfica do território, significava que estaríamos passando da área de estudo, o que podia-se correr o risco de observar outras estratégias, pois as estratégias de meio de vida dependem dos ativos disponíveis na unidade produtiva que por sinal variam no tempo, no espaço, e por unidade produtiva.

Vale mencionar que dentro da propriedade, a área de estudo, entrevistou-se em primeiro lugar o chefe do agregado, pois, os chefes representam o espelho das estratégias nos agregados. As descodificações dos dados foram feitas baseadas na análise semântica do discurso coletados juntos aos chefes de agregados. E as variáveis analíticas foram os ativos (natural, físico, financeiro, humano e social) disponíveis na unidade produtiva familiar.

3.1 Localização da área de estudo

A área de estudo localiza-se na República Moçambique, estando localizado geograficamente no sul no continente africano e parte oriental do continente. Moçambique tem limite fronteiriço com seis países nomeadamente: Tanzânia; Malaui; Zâmbia; Zimbábue; África do Sul; e Suazilândia (ARAÚJO; 1988). O território moçambicano adotou critério político-administrativo para a divisão territorial. Portanto, o país seguiu a estrutura divisionária de província, distrito, posto administrativo e localidade.

O distrito de Magude localiza-se na zona Norte da província de Maputo, tendo limites a Norte os distritos de Chókwè e Bilene-Macia na Província de Gaza; a Sul o distrito da Moamba na província de Maputo; a Oeste a República da África do Sul; e a Este o distrito da Manhiça (MOÇAMBIQUE - MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL - MAE, 2005).

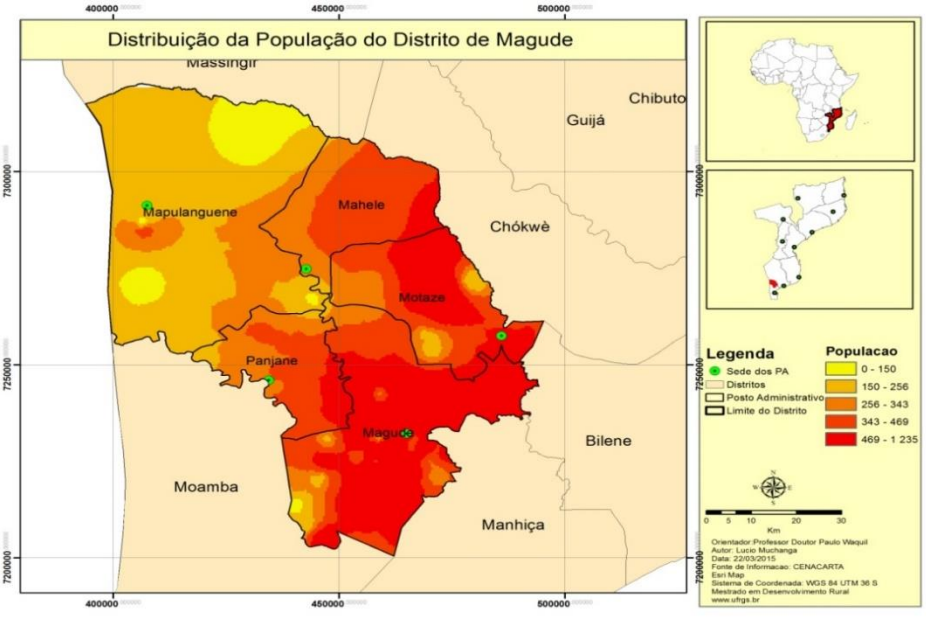
O distrito tem como sede à vila de Magude tendo uma superfície de 6961 km², estando subdivido em cinco postos administrativos: Vila sede de Magude, Motaze, Panjane, Mahel e Mapulanguene, como se pode visualizar na tabela 1 e na figura 2.

Tabela 1 - Divisão administrativa do distrito em posto administrativo em km² e a densidade populacional

Posto Administrativo	Área (km²)	Densidade populacional
Vila sede de Magude	1800	26,6 hab km^{-2}
Panjane	663	5,8 hab km^{-2}
Motaze	964	7,3 hab km^{-2}
Mahele	865	2,6 hab km^{-2}
Mapulanguene	2669	0,5 hab km^{-2}

Fonte: MAE (2005)

Figura 2 - Divisão Administrativa e populacional do Distrito de Magude



Fonte: CENACARTA

3.2 População da área de estudo

O distrito apresenta densidade populacional de 9hab/km² num universo de 62 mil habitantes, dos quais 36 mil são mulheres, o que corresponde que 58% da população do distrito são mulheres das quais, apenas 15% são chefes de família. (MAE, 2005). Em relação aos postos administrativos, convém explicar que, à medida que se separa da vila de Magude, o número da população tende a decrescer, o que significa que o posto administrativo de Mahel tem pouca densidade populacional ao nível do distrito, como se pode visualizar na tabela 1 e na figura 2.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nessa seção, apresentaram-se os resultados da pesquisa realizada em 2015. Os resultados referem-se aos ativos disponíveis na unidade produtiva e suas respectivas estratégias de sobrevivência. Desse modo, dividiu-se esta seção em duas. Na primeira, apresentaram-se as características socioeconômicas e demográficas das famílias pesquisadas, focalizando nas variáveis de análise (humano, social, financeiro, natural e físico). Na segunda, fez-se a análise e discussão das estratégias elaboradas pelas famílias pesquisadas.

4.1 Características socioeconômicas e demográficas

Nesta subseção apresentou-se os ativos de meio de vida (humano, social, financeiro, natural e físico).

4.1.1 Ativo humano

Este ativo está relacionado com as habilidades individuais que permitem às famílias elaborarem estratégia de sobrevivência. Salientar que este ativo, cresce à medida que se investe na educação, no treinamento, e no estado de saúde do indivíduo. Desse modo, subscreveu-se no nível de escolaridade, no conhecimento, no saber-fazer, no estado de saúde.

Um fato interessante é o fato do nível de escolaridade nos países em desenvolvimento ser acompanhado com a idade, e geralmente, quando maior for à idade do indivíduo, menor é o grau de instrução.

A partir da Tabela 2 no estrato 1 refere ao nível de escolaridade dos chefes dos agregados, onde se percebe que mais de 45,5% dos chefes das famílias pesquisados são analfabetos. Desse modo, apenas 54,5% dos chefes dos agregados sabem ler e escrever. Ainda constatou-se que há heterogeneidade no nível de escolaridade dos chefes dos agregados, pois dos 54,5% que sabem ler e escrever estão distribuídas regularmente, isto é, 18,8% no ensino primário (1-5ª classe); 18,8% no ensino primário completo (6-7ª classe); e 18,8% no ensino básico (8-10ª classe), como pode se visualizar na mesma tabela e no mesmo estrato.

Em relação à idade do chefe das unidades produtivas, importa referir que as unidades pesquisadas são chefiadas por indivíduos com idade igual ou acima 65 anos de idade, representando 54,5%. Convém ainda mencionar que todos os chefes das famílias pesquisadas têm idade acima de 35 anos de idade, com maior concentração na faixa etária dos 65 anos, o que demonstra que há uma maior expressividade de idosos e crianças, como se pode visualizar na mesma tabela, no estrato 2.

Por fim, observando o estrato 3 refere-se ao número dos indivíduos das onze famílias pesquisadas, onde constatou-se que por média cada família tem três membros.

Tabela 2 - Ativo Humano

Estratos 1[7]	**N**	**%**	**Estratos 2[8]**	**N**	**%**	**Estratos 3[9]**	**N**	**%**
Analfabetismo	5	45,5	18 - 25 anos	0	0	Até 20 anos	7	24,14
Primário EP1	2	18,18	25 - 35 anos	0	0	20 - 30 anos	5	17,24
Primário EP2	2	18,18	35 - 45 anos	2	18,18	30 - 40 anos	2	6,9
Secundário	2	18,18	45 - 55 anos	2	18,18	40 - 50 anos	5	15,74
Pré Universitário	0	0	55 – 65 anos	1	9,1	50 - 60 anos	4	13,97
Superior	0	0	≥ 65 anos	6	54,5	≥ 60 anos	6	20,69
Total	11	100	Total	11	100	Total	29	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

[7] Nível de escolaridade
[8] Idade do chefe de agregado
[9] Número de agregado por unidade

Portanto, a partir das exposições acima referidas, percebe se que no posto administrativo há maior concentração da população idosa, o que pressupõe que estratégias de sobrevivência desse posto administrativo gravitam em torno da unidade produtiva familiar. Essa situação foi descrita por Chayanov (1974, p. 47) como um mecanismo utilizado pelos camponeses para a satisfação das necessidades de subsistências:

> mão-de-obra é o elemento tecnicamente organizativo de qualquer processo de produção. A composição e o tamanho da família determinam integramente o modo de força de trabalho. Assim, deves aceitar que o caráter da família é um dos fatores principais na organização da unidade econômica campesina.

4.1.2 Ativo social

Para esta pesquisa, identificou-se o ativo social como as relações sociais entre os camponeses e os seus pares (parentes e os vizinhos), sendo que deviam influenciar nas estratégias de meio de vida. A escolha pelos parentes, as associações e os vizinhos devem ao fato desses influenciarem na elaboração estratégia de sobrevivência baseadas no princípio de ajuda mútua.

No posto administrativo de Mahel, estar associado significava ter benefícios adicionais. Para o caso em específico, a associação que existe está ligada aos criadores de gado bovino, que, a partir da associação estabelecem políticas de combate a furto ou roubo de gado bovino, ato considerado maléfico ao bem-estar das famílias, pois, o gado bovino representa a sua poupança (ativo financeiro).

Ainda neste âmbito, importa referir que o gado bovino também representa a ética de subsistência, porque, através do gado bovino, as famílias estabelecem relações sociais baseadas nas relações de reciprocidades entre parentes, vizinhos e patrões. A reciprocidade caracteriza por empresto de gado para tração animal, onde as famílias que possuem o gado bovino emprestam as famílias que não têm gado bovino.

Além disso, importa referir que, os agregados não entravam no ciclo da comercialização, mas sim, no ciclo de trocas não monetárias, situação descrita por Sabourin como reciprocidade de trocas não monetárias e familiar. (SABOURIN, 2006). Esta situação favorece ajuda mútua entre familiares, pois, por um lado oferece produtos processados em troca de produtos não processados, como cita Polanyi (1976) "a reciprocidade ocorre nos grupos que compartilham similaridades". No posto administrativo, muitas famílias informaram que uma parte da produção era para seus familiares que se encontravam na vila e nas cidades. Em contrapartida recebiam produtos como arroz, sal, fósforo e sabão.

4.1.3 Ativo financeiro

Corresponde ao estoque de bens que uma família dispõe e lhe permite adquirir outros bens de consumo ou de produção. Vale mencionar que apenas se transformam em ativo financeiro quando permite adquirir outro bem, uma vez que se define em função da utilidade. Desse modo, as famílias que possuem gado bovino e gado caprino são consideradas as mais ricas, pois, para além do status social, o gado permite obter renda através da venda, consequentemente tem mais possibilidade de elaborar estratégia de sobrevivência.

No que se refere à origem da renda não agrícola das famílias pesquisadas, como pode se visualizar na Tabela 3 que 36,36% da população têm outras fontes de rendimento, estando subdividas em 9,09% da função pública, 9,09% comerciantes informais, por fim, 18,18% a explorações dos ativos naturais (corte e processamento da lenha em carvão vegetal). Neste sentido, 63,64% têm rendimento exclusivo na agricultura e 36,36% têm renda na atividade agrícola e na atividade não agrícola. Importa referir que, a pouca participação da atividade não agrícola, pode estar relacionada com a inexistência de um mercado de trabalho no posto administrativo de Mahel.

Tabela 3 - Origem das rendas não agrícola das famílias

Origem da renda não agrícola	N	%
Função pública	1	9,09
Comércio formal	0	0
Comércio informal	1	9,09
Remessas	0	0
Trabalho sazonal	0	0
Programas específicos de apoio	0	0
Outras modalidades	2	18,18
Não se aplica	7	63,64
Total da amostra	11	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

4.1.4 Ativo físico

Para esta pesquisa, os ativos físicos foram considerados tendo em conta a disponibilidade do ativo humano, financeiro e natural, uma vez que o sistema de produção adotada pelas famílias do posto administrativo depende do que existe na unidade produtiva familiar: água, pasto, semente e solo.

Analisando os relatos dos pesquisados percebe que nos últimos anos, o seu sistema de produção de

sequeiro quase que não alterou, pois, apenas alteraram o modo de produzir, através de adoção de culturas tolerantes à seca e diminuição da área de produção. Nesse âmbito, apenas 9,1% das famílias pesquisadas que mudaram área de produção, o que significa que, apenas uma família mudou de área de produção, visto que as restantes famílias continuam produzindo a mais três décadas no mesmo espaço (Tabela 4). Essa situação ocorre porque as terras para produzir são transferidas por meio de herança de pai para filho. Para manter a produção, as famílias reduziram área de produção dentro da unidade produtiva, acompanhada pela intensificação e diversificação da produção.

Tabela 4 - Ativo físico

Estrato1[10]	**N**	**%**	**Estrato2**[11]	**N**	**%**	**Estrato 3**[12]	**N**	**%**
Mantiveram	10	90,9	Intensificaram	10	90,9	Mantiveram	11	90,9
Mudaram	1	9,1	Mantiveram	1	9,1	Aumentaram	1	9,1
Total	11	100	Total	11	100	Total	11	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

4.1.5 Ativo natural

Para caso desse ativo foi considerado terra, água, e vegetação que são usados pelos indivíduos ou que estejam num raio de ação da comunidade. A tríade água, terra e vegetação continuam a ser indispensáveis para o meio rural com maior enfoque para as terras férteis, pois, juntamente com água possibilitam a produção de alimentos. (ARAÚJO, 1997, p.48).

Em relação à disponibilidade de terra para produção, percebe que, há dificuldade dos membros dos agregados em saber a real dimensão de área destinada para a produção. A dificuldade derivada pelo fato da terra em si pertence à família alargada (pai, mãe, avó, primo, etc.), o que torna difícil aos membros dos agregados estimarem com exatidão a área disponível por família, sendo que cada agregado está estruturado em espaço para residir e espaço para produzir. Segundo as estimativas dos entrevistados, atualmente usam no máximo 2 hectares.

Ainda relativo ao ativo natural no enfoque terra, convém mencionar que o acesso a terra foi por via de herança, uma vez que 100% dos pesquisados declararam que obtiveram terra por herança familiar, como se confirma na Tabela 5.

Relativamente ao consumo da água, observa que as famílias mantêm a mesma forma de utilização da água, dentro do leque de fontes de água disponíveis, que se classificam em água parada (fontenária) e água corrente (riacho).

As fontes de água parada representam para as famílias, a principal fonte de consumo doméstico durante a maior parte do ano. Importa ainda mencionar que esta água representa um ativo importante no processo de produção, o que faz com que a produção seja executada apenas na época chuvosa.

Tabela 5 - Ativo Natural

Estrato 1	**N**	**%**	**Estrato 2**	**N**	**%**
Propriedade da família	11	100	Herança familiar	11	100
Propriedade privada	0	0	Aquisição	0	0
Estatal	0	0	Empréstimo	0	0
Comunitária	0	0	Aluguel	0	0
Outra	0	0	Outra	0	0
Total	11	100	Total	11	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Em relação à vegetação, vale referir que continua a desempenhar papel de fornecedor de bens de utilidade comunitária. Assim, cerca de (90%) da população entrevistada mantém as mesmas formas de utilização deste recurso, o que significa que apenas (10%) alteraram a forma de uso da vegetação. Em termos percentuais (10%), corresponde a uma família, o que significa que, a alteração pode estar ligada com a especificidade dessa família. Para o caso em apreço a alteração esteve ligada com a produção de carvão vegetal, sendo uma atividade desenvolvida pela população jovem. Como constatou-se a maioria dos chefes dos agregados eram idosos, o que impossibilitava trabalhar no corte e processamento da lenha dada a sua penosidade na componente física requerida.

[10] Alteração da área de produção
[11] Modo de uso da área de produção
[12] Período de produção

Atividade de produção pelo fato da comunidade do posto administrativo verificar se o problema de sucessão geracional abre espaço para que jovens doutras comunidades optem por essa atividade nesse posto administrativo, pois, a produção de carvão vegetal no posto administrativo não exclui por gênero, apenas por idade, visto que é desenvolvido praticamente por jovens de ambos os sexos.

Entretanto, todas as famílias pesquisadas utilizam a lenha como o combustível lenhoso, o que significa que mantêm a lenha como combustível, representando assim uma alternativa energética para a confecção de alimento, aquecimento da casa e confeitaria.

4.2 Percepção das mudanças climáticas dos camponeses e estratégias de sobrevivência

Segundo Banco Mundial – BM (2010, p.2) nos últimos milênios a temperatura média da terra variou numa faixa inferior a 0,7 ˚C, com um aumento drástico no último século. De salientar que a percepção do camponês relativa as mudanças climáticas é maior, pois, o camponês está vinculado aos seus recursos naturais, que geralmente são sensíveis ao impacto das mudanças climáticas.

A percepção deste fenômeno resulta da dificuldade em produzir alimentos suficientes para satisfazer a demanda familiar em função da sua dependência do clima. Os camponeses do posto administrativo de Mahel têm a percepção das mudanças climáticas, porque, quando questionados se havia mudança climática com enfoque na seca, chuva e ciclone. Eles não assumiam que havia mudanças climáticas no verdadeiro sentido, uma vez que neles há esperança de retorno à normalidade. A esperança resultava do conhecimento que tinham desse fenômeno, uma vez que consideram uma etapa normal da vida. Para eles existiam épocas de grandes produções e épocas de pequenas produções. Essa ideia foi constatada durante a pesquisa, pois, dos onze chefes de famílias questionados, apenas um assumiu que a causa das mudanças climáticas seria o desflorestamento. Os restantes dez chefes dos agregados familiares assumiram que a causa seria o designo de Deus. Neste sentido, se a causa for um designo de Deus, esse vai estabilizar, para tal bastando apenas cerimônias tradicionais.

Convém mencionar que nos chefes de agregados há uma concepção histórica das mudanças climáticas deriva da idade dos chefes dos agregados e tempo de residência no posto administrativo, pois, a idade dos chefes dos agregados está na ordem 65 anos de idade como se pode extrair da Tabela 1 extrato 3. Essa situação surge pelo fato da maioria dos chefes assumirem que já viram algo semelhante no posto administrativo.

Sobre qual evento extremo (seca, chuva, e ciclone) que mais impactava as suas vidas, os chefes dos agregados declararam que era a seca "aqui não chove há um ano por isso há fome". Este ponto permite aferir que a percepção das mudanças climáticas está no impacto e não publicações. Por isso, assumiam que era algo divino e que voltaria à normalidade.

4.3 Estratégia de sobrevivência das famílias camponesas do posto administrativo

4.3.1 Produção e a satisfação da demanda interna na unidade produtiva familiar

Em geral, os camponeses apresentam mesmos comportamentos sociais, econômicos e políticos em todas as unidades produtivas familiar. Para tal, os camponeses evitam máximo o risco que pode arruiná-los, o que faz que não procurem embarcar em investimentos arriscados, preferindo sempre que possível, produzir em situações menos arriscadas como: culturas tradicionais e técnicas de produção conhecidas e de baixo custo. A partir destas ações, garantem a produção requerida pela família num espaço que suporte a quantidade de mão de obra disponível: "não queremos usar outras sementes, temos sementes que produzimos sozinhos, depois teríamos que ir comprar na vila, o nosso problema não é semente, basta chover as plantas saem" (Entrevista, 2015. Camponês M).

Observado este discurso, percebe que a produção de subsistência está vinculada ao ciclo produtivo da unidade produtiva familiar, pois, as sementes são processadas do ciclo produtivo anterior, o que significa que toda a produção é aproveitada. Nessa perspectiva, muitos agricultores selecionam, organizam e armazenam as sementes, sem as quais não haveria a produção que satisfaça a demanda interna. Pelo fato dos chefes das unidades produtivas familiares do posto administrativo serem idosos e terem terras suficientes, eles optam pela melhor terra, geralmente a que está em volta da propriedade, aproveitando do saber fazer para produzir dentro das possibilidades existentes na propriedade.

4.3.2 Insumo externo e satisfação da demanda interna na unidade produtiva familiar

A produção de baixo custo não significa necessariamente estagnação ou regressão, pois, dentro da produção camponesa, existe produção de novidade que esta relacionada com aumento da eficiência produtiva como: culturas tolerantes à seca,

diversificação da produção, diversidade produtiva (criação de gado bovino) usados para comercialização (poupança). Conforme afirma Garcia Jr (1989, p.240), "cada agente tem um leque de estratégias reconversão que está na estreita dependência dos recursos disponíveis".

Por conseguinte, os camponeses para se livrarem dos custos monetários, desfazem dos insumos externos, procurando agricultura de baixo custo, baseando em técnicas bastante conhecidas. Para lograr esse intento, as famílias mobilizam internamente (trabalho, capital, terra, conhecimento, animais, ração, forragem e serviços de maquinas), tornando uma produção autônoma ao mercado de insumo. Deste modo, a produção com baixo uso de insumo agrícola resulta do conhecimento local, tornando uma condição indispensável para o sucesso da produção, pois, o camponês escolhe dentro das possibilidades, a melhor alternativa, a melhor semente, a melhor cultura, a melhor época, etc.

No caso do posto administrativo de Magude, as famílias, para satisfazerem à demanda interna na base do uso de insumo interno, optam por produzir na base do conhecimento (ativo humano), neste caso, o saber-fazer, produzindo a partir de técnicas conhecidas (charruas e enxadas),

> Não utilizamos esse produto, a nossa produção é somente em outubro até março, neste período, a terra fica em descanso, temos muito espaço para produzir, não há necessidade de gastar dinheiro, até porque, essas culturas não precisam desses remédios, somente aqueles que produzem hortículas, precisam de remédio[13] para dar as plantas (Entrevista, 2015. Camponês M).

4.3.3 Intensificação e satisfação da demanda interna na unidade produtiva familiar

A intensificação como uma prática social e produtiva decorre de iniciativas visando à manutenção de uma produção que garanta a satisfação da demanda interna em primeiro lugar. Segundo Garcia Jr (1989, p.240): "diante de um estoque de terra cada vez mais reduzida e simultaneamente as dificuldades de financiar o acesso a equipamentos modernos, o camponês faz uso de larga escala da intensificação do seu próprio trabalho e dos membros da unidade produtiva".

Isto significa que as famílias em situação de escassez de um dos fatores de produção (terra, mão de obra e capital), intensificam a sua produção, por via de trabalho, obtendo maior rendimento possível por unidade de espaço. Nesse âmbito, o volume de atividade familiar depende totalmente do número de consumidores e não do número de trabalhadores disponíveis na unidade produtiva familiar, o que quer dizer que as estratégias são elaboradas para suprir o consumo e não em função da mão de obra existente. Com efeito, o número de agregado familiar (consumidor) facilita na hora de escolher as melhores terras e a quantidade de áreas por explorar.

No caso do posto administrativo de Magude, o contingente de idosos conforme se extraída tabela 1 do estrato 1 e o baixo número de agregado por família, com maior frequência para idosos e crianças conforme se extraída da mesma tabela do estrato 3 relativo ao número de agregados por unidade produtiva familiar. Assim, as famílias intensificaram e diversificaram a produção em áreas bem reduzidas, geralmente as que estão em torno da residência, a partir disso, produzem para satisfazer o consumo interno e mantendo viva a unidade produtiva familiar.

4.3.4 Diversificação e satisfação da demanda interna na unidade produtiva familiar

Segundo Ellis (2000), a diversificação se justifica pela característica da atividade agrícola: sazonalidade, riscos (choque, guerra, crise ambientais), etc. A baixa produção e produtividade incentiva a diversificação da atividade agrícola, tanto dentro da agricultura ou fora dela. (CUNGUARA, et al., 2013). Porém existe situação onde há correlação positiva entre uso de tecnologias melhoradas, consequentemente aumento da produção e produtividade e a diversificação da atividade agrícola. Para Chayanov (1974), "diversificação constitui uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar frente aos condicionantes da unidade produtiva".

A diversificação da área de pesquisa se caracterizou por ser fora e dentro da unidade produtiva, sendo feita através do aumento de culturas alimentares por unidade produtiva explorada pelos agregados familiares e por alocação de força de trabalho fora da unidade produtiva. Para caso específico dentro da diversificação ocorreu através da alteração do sistema de produção com adoção a policultura – pecuária. Para caso de fora como referirmos anteriormente, apenas 36,36 tinham diversificado, pois tinham outra atividade além da agrícola.

Em relação à origem da diversificação da atividade não agrícola das onze famílias em análise,

[13] Remédio nesse sentido refere-se fertilizantes. Segundo CUNGUARA, et al., apud (CRAWFOR, JAYNE & KELLY, 2006) Moçambique possui umas das menores taxas médias de aplicação de fertilizante em África. O uso de fertilizante no país está fortemente condicionado pelos preços altos, precários estado de infraestruturas rodoviárias, falta de crédito agrícola em geral e especifico para insumo, falta de mercado de insumo, e escassez devido à baixa produção nacional.

constatou que existia uma diversidade de origem de renda não agrícola conforme se extrai da tabela 3, onde foi notório que a renda não agrícola provinha do setor público e privado, isto é, da função pública; serviço comunitário e trabalho por conta própria, neste caso carvoeiro.

Outro ponto que importa destacar refere-se ao fato da diversificação estar relacionada com a relação gênero, poder, idade, nível de escolaridade na unidade produtiva familiar. Nesse âmbito, percebe-se dos três depoimentos abaixo, que a idade e a capacidade de leitura determinaram na diversificação de atividade.

No primeiro depoimento "Fui escolhido para fiscalizar os recursos da comunidade". (Entrevista, 2015. Camponês M). Para este caso, percebe que foi escolhido pelo fato de ter a capacidade de escrever e de ler, visto que o fiscalizador tinha 47 anos de idade e nível básico (10ª ano de escolaridade).

O segundo depoimento "Entrei no corte e na queima do carvão porque, a produção (agrícola) já não satisfazia a necessidade daqui (em casa). Com dinheiro da corte, compro comida para aqui (em casa)". (Entrevista, 2015. Camponês M). Ora, neste depoimento se percebe que a capacidade física determinou para adoção desta atividade, pois, era o chefe de agregado mais jovem, com 35 anos de idade. Importa ainda referenciar que era uma mulher, o que demonstra que há mudanças nas relações de poder e de gênero, pois, atividade de corte e de queima da lenha, foi sempre configurava como atividade estreitamente masculina.

Por fim, o terceiro depoimento segue a mesma lógica dos dois depoimentos acima mencionados. Para este caso, o nível de escolaridade determinou na diversificação, "Sou funcionário público, presto serviços à comunidade". (Entrevista, 2015. Camponês M). Convém mencionar que possuía nível básico (10ª ano de escolaridade) e tinha 57 anos de idade.

Portanto, a idade tornou o fator essencial para diversificação que o nível de escolaridade. Esta tese pode constatar no depoimento a seguir, uma vez que com base no depoimento percebe que o declarante possuía habilidades para exercer atividade não agrícola. "somos idosos, não temos mais idade para sair à procura de outras atividades, antes eu era costureiro". (Entrevista, 2015. Camponês M). A atividade de costureiro não é pesada e pode se tornar um fator de renda já que não existe outro costureiro na comunidade.

4.3.5 Financiamento e satisfação da demanda interna na unidade produtiva familiar

Na perspectiva de satisfação da demanda interna baseada no financiamento, as famílias apenas solicitavam financiamento (ativo financeiro) se for vantajoso para a unidade produtiva familiar. Portanto, as famílias camponesas fazem cálculos, optando pela mobilização de empréstimo que cubra as despesas inerentes ao investimento na propriedade. Importa referir que a exploração familiar tem a mesma lógica da exploração mercantil, usando princípio de maximização das potencialidades e minimização das fraquezas (satisfação das necessidades internas e minimização da penosidades). Porém, a diferença está na perspectiva do lucro, uma vez que, na exploração familiar, o lucro é avaliado em função da satisfação das necessidades internas e minimização da penosidade, situação que não ocorrem nas demais explorações. "Não queremos usar outras sementes, temos sementes que produzimos sozinhos, depois teríamos que ir comprar na vila, o nosso problema não é semente, basta chover as plantas saem" (Entrevista, 2015. Camponês M).

Desse modo, a preferência do camponês pela produção de subsistência deve-se em virtude de permitir em primeiro lugar, o consumo interno e depois a venda, enquanto que a lógica de rendimento está em primeiro lugar à venda para posterior aquisição de bens alimentares. "Temos cultivar primeiro aquilo que nos alimenta". (Entrevista, 2015. Camponês M).

5 CONCLUSÃO

O estudo focalizou nas estratégias que as famílias camponesas do posto administrativo de Mahel distrito de Magude adotam em função dos ativos disponíveis na unidade produtiva familiar. Em relação à parte empírica, identificou-se que as famílias no posto administrativo de Mahel tinham percepção das mudanças climáticas, e o que mais os assolavam era a seca. Para contrapor eles elaboram estratégia de sobrevivência tendo em conta a estrutura sociodemográfica (idade e número de agregado por unidade produtiva familiar), pois, na maioria das unidades produtivas familiares são compostas por idosos e crianças.

A partir dos resultados, confirmaram-se as hipóteses que nortearam esta pesquisa, uma vez que a estratégia de sobrevivência é elaborada tendo em conta a disponibilidade dos ativos na unidade produtiva familiar. Além disso, confirmou-se que os fatores internos (domiciliarias) influenciavam mais que os fatores externos (extradomiciliarias). Assim, ficou patente que o modo e a condição de vida camponesa influenciam na hora de optar por uma estratégia de sobrevivência. Vale mencionar ainda, que a estratégia de sobrevivência camponesa está

em torno da maximização dos lucros, minimização dos riscos e da penosidade, isto é, satisfazer à demanda interna com menor penosidade.

Em relação aos ativos, salientar que o saber fazer (ativo humano) foi o ativo que mais influenciou na elaboração de estratégia de meio de vida do posto administrativo de Mahel. Os restantes ativos não têm impacto significativo na vida das comunidades, importa destacar o ativo natural, porque é base da produção agrícola, para além de fonte de pasto e do combustível lenhoso, o que representa um forte aliado na estratégia de sobrevivência, assente na produção com base da providência da unidade produtiva familiar, isto é, produzir com o que há na unidade produtiva.

Em relação ao ativo social, convém mencionar que o gado bovino representa meio de manter coesão, porque as famílias mais ricas apóiam as famílias mais pobres, neste caso específico, através empréstimo do gado bovino como instrumento de trabalho. O empréstimo visa minimizar o sofrimento dos mais pobres, mantendo a partir disso a coesão social no posto administrativo. Para além deste fator, a reciprocidade se estabelece por trocas inter e intrafamiliares, isto é, os parentes nos centros urbanos fornecem produtos processados em troca recebem uma parte da produção, caracterizando trocas não monetárias.

Relativamente ao ativo financeiro, importa referir que se definiu em função da capacidade de adquire outro bem de consumo ou de produção. Neste sentido, para caso do posto administrativo, o gado bovino representou o ativo financeiro, pois através do gado bovino as famílias têm poupança que lhe permite adquirir outros bens.

Por fim, o ativo físico tem pouca expressividade no posto administrativo, uma vez que, a maioria da população do posto administrativo não dispõe do ativo financeiro, o que significa que não tem capacidade de adquirir ativo físico. Desse modo, as famílias adotam o saber fazer para contrapor essa dificuldade.

Perante este cenário, verificou-se que os residentes no posto administrativo de Mahel elaboravam estratégia de reação, que passa por um conjunto de estratégias, visando à manutenção do modo de vida campesina, dentro das possibilidades existentes. Desse âmbito, as estratégias visam responder a uma situação pontual (seca). A opção pela estratégia de reação em detrimento das estratégias de adaptação, deriva pelo fato, das estratégias de adaptação exigir que a unidade produtiva familiar disponha de um conjunto de condições materiais e sociais, enquanto a estratégia de reação responde a uma situação pontual.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: HUCITEC, 1998.

ARAÚJO, M. **Geografia dos povoamentos e assentamentos rurais e urbanos.** Maputo: Livraria Universitária da UEM, 1997.

ARAÚJO, M. **O sistema das aldeias comunais em Moçambique; transformações na organização de espaço residência e produtivo**. 1988. 490 f. Dissertação (Doutorado em Geografia Humana)- Faculdade de letra da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e mudanças climáticas:** a mudança do clima para desenvolvimento. Relatório sobre desenvolvimento mundial.

BECK, U. **Sociedade de Risco:** rumo a uma outra modernidade. Tradutor: Sebastião. Nascimento. 2. ed. São Paulo: 34, 2011.

CHAYANOV, A. **La organization de la Unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CHAYANOV, A. **The theory of peasant economy** (edited by Thorver, Kerblay e Smith/eds). Manchester: Manchester University. Press, 1966.

CUNGUARA, et al., **Análise situacional, constrangimentos e oportunidades para o crescimento agrário moçambicano**. Maputo: Direção de Economia, Ministério de Agricultura, 2013.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risco e Cultura:** um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Tradutor: Cristiana de Assis Serra. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier Campus. 2012.

ELLIS, F. **Peasant economics – farm households and agrarian development**. London: Cambridge University Press, 1988.

ELLIS, F. **Rural livelihood and diversity in developing.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

GARCIA JR.; A. R. **O Sul**: **O caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, Brasília: Universidade de Brasília, 1989.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Altas. 2002.

GIL, A. **Método e técnica de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Altas, 2008.

LIPTON. The theory of optimizing peasant. **The journal of development studies**, v. 4, n. 3, p.327-351, 1968.

MOÇAMBIQUE, Ministério Administração Estatal - MAE. **Perfil do distrito de Magude Província de Maputo**. Maputo: MAE, 2005.

MOÇAMBIQUE, Ministério Agricultura - MINAG. **Plano de Ação para Produção de Alimentos 2008 - 2011**. Maputo: MINAG, 2008.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução: Rita-Pereira. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

POLANYI, K. La Economia como actividad institucionalizada. In: POLANYI, K. (Org.). **Comercio y mercado em los impérios antiguos**. Barcelona: Editora do Labor Universitária, 1976. P. 289-315.

QUARANTA. **Agricultura de sequeiro**. Land Care In Desertification Affected Areas From Science Towards Application. Serie do Folheto C; Número 4. [S.d.]. 11p.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: Sergio Schneider (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 208-232.

SCOTT, J. **The moral economy of the peasant**. New Haven: Yale University Press, 1976.

WOLF, E. **Sociedade camponesa**. 2. ed. Rio Janeiro: [S.n.], 1976.